



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



VETO TOTAL Nº 227/2018

AO PROJETO DE LEI Nº 1.531/2017

Veto total ao Projeto de Lei nº 1.531/2017, de autoria do Deputado Adriano Galdino, o qual "Dispõe sobre obrigações a serem atendidas no Estado da Paraíba por empresas e instituições bancárias que prestem o serviço de fornecimento e aluguel de máquinas ou leitores de cartão de crédito ou débito."

VETO TOTAL GOVERNADOR DO ESTADO

RELATOR(A): DEP. HERVÁZIO BEZERRA substituído na reunião pelo Dep. Raoni Mendes

P A R E C E R

Nº **1713** /2018

I - RELATÓRIO

O Senhor Governador do Estado, usando da competência que lhe confere o § 1º do artigo 65 da Constituição Estadual, vetou totalmente o Projeto de Lei nº 1.531/2017, que "*Dispõe sobre obrigações a serem atendidas no Estado da Paraíba por empresas e instituições bancárias que prestem o serviço de fornecimento e aluguel de máquinas ou leitores de cartão de crédito ou débito.*", por entendê-lo **INCONSTITUCIONAL.**

Nas razões de veto, argumenta Sua Excelência que o PL padece de inconstitucionalidade, pois fere princípios constitucionais.

A matéria constou no expediente do dia 20 de fevereiro de 2018.

Instrução processual em termos.

Tramitação dentro dos preceitos regimentais.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



II - VOTO DO RELATOR

A proposição em apreço tem por objetivo criar obrigação às pessoas jurídicas que especifica a restabelecerem, no prazo que menciona, o serviço fornecido de aluguel de máquinas de cartões de crédito ou débito, no caso de problemas técnicos.

O Chefe do Poder Executivo, ao vetar o projeto, o fundamentou em razões de ordem jurídica, conforme consta nas razões do veto encaminhada a esta Casa:

"Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 65 da Constituição Estadual, por considerar inconstitucional, decidi vetar totalmente o projeto de lei nº 1.531/2017, de autoria do Deputado Adriano Galdino".

As alegações são que o projeto fere os princípios constitucionais implícitos da proporcionalidade e razoabilidade e o explícito da isonomia.

Pois bem, analisando as razões do veto, percebo que assiste razão ao que foi aduzido pelo **Exmo. Sr. Governador**, pois determinar que os prestadores de serviço realizem o atendimento técnico, em todo o estado da Paraíba, no máximo de 48 horas, vai de encontro aos princípios constitucionais implícitos da proporcionalidade e razoabilidade, de sorte que, diretamente, extrapola as determinações constitucionais no que diz respeito aos direitos do consumidor. Ademais, o princípio da isonomia é prejudicado, pois não caberia a aplicação de tal ônus apenas para fração dos prestadores de serviço que atuam na mesma área.

Assim, **tendo em vista que esta proposição esbarra em princípios constitucionais**, deve o veto exarado pelo Exmo. Senhor Governador do Estado ser considerado coerente com o ordenamento Nacional.

Diante de tais considerações e após uma objetiva análise da matéria, esta relatoria vota pela **MANUTENÇÃO do veto nº 227/2018**.

É o voto.

Sala das Comissões, em 21 de fevereiro de 2018.


DEP. HERVAZIO BEZERRA
Relator(a)



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, adota e recomenda o parecer da Relatoria pela **MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL Nº 227/2018**, por entender que suas razões são consistentes.

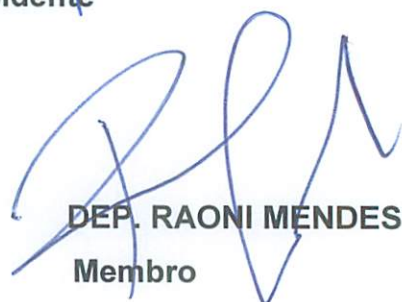
É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de fevereiro de 2018.

APROVADO
em 28 02 2018


DEP. ESTELA BEZERRA
Presidente


DEP. CAMILA TOSCANO
Membro


DEP. RAONI MENDES
Membro

DEP. TROCOLLI JÚNIOR
Membro

DEP. HERVÁZIO BEZERRA
Membro

DEP. JOÃO GONÇALVES
Membro


DEP. DANIELLA RIBEIRO
Membro